

Diretora de Redação

Claudia Paciornik

Maciuro

Editora

Marise Heleine

Repórteres:

Lorena Aubert

Klenk, Vânia Casado,

Roberto Nicolato, Marise

Heleine

Colaboradores:

Eugênio

Stefanelo e Dick Carlos de

Geus.

Projeto gráfico e

Editoração eletrônica

Fattoria de Arte, Criação

e Comunicação.

Marketing/Comercial

Méri Magaldi Carreiro

Endereço para corres-

pondência

Alameda Júlia da Costa,

1644 - Bigonhi - Curitiba

- Paraná

CEP 80730-070

Fone(041)232-0439

Fax(041)232-7227

O MULTIRURAL é encartado nos seguintes jornais do Estado, com circulação, inclusive, nas fronteiras do Uruguai, Paraguai, Argentina e vãos regionais da Varig, Vasp e Transbrasil:

Gazeta do Paraná (Cascavel)
Diário do Norte (Maringá)
Tribuna do Norte (Apucarana)
Jornal de Londrina (Londrina)
Diário do Noroeste (Paranaíba)
Jornal do Oeste (Toledo)
Diário da Manhã (Ponta Grossa)
Tribuna da Região (Goioerê)
O Regional (Assis Chateaubriand)
Tribuna do Interior (Campo Mourão)
Folha de Palotina (Palotina)
O Vale do Piquiri (Ubiratã)
Tribuna do Povo (Umuarama)
Tribuna da Fronteira (Rio Negro)
O Metropolitano (Campo Largo)
A Tribuna dos Minérios (Rio Branco do Sul)
Folha de Colombo (Colombo)
Tribuna Regional (Lapa)
Notícia Nova (São Mateus do Sul)
Cidade Clima (Palmeira)

* Estes jornais atingem mais de 500 localidades no Paraná.

* Os artigos assinados não representam, necessariamente, a opinião deste jornal.

O Brasil que está dando certo

EUGÊNIO STEFANELO*

Vivemos no Brasil numa fase de descrença, de pessimismo, de complexo de diminuição da nossa representatividade econômica, política e social e de brasilidade. Este complexo impede a percepção de uma série de mudanças que estão se processando, de forma muito rápida, e de outro Brasil que está dando certo.

O mundo atravessa uma fase de mudanças políticas e de globalização dos mercados que significa a liberalização do fluxo de capitais acumulados nos Estados Unidos da América após a Segunda Guerra Mundial, que migraram para os demais países, inclusive os sub-desenvolvidos na busca de novas oportunidades e lucro e recentemente se concentraram novamente nos países desenvolvidos.

Esta globalização, no entanto, continua hierárquica, com o predomínio dos países desenvolvidos em relação aos demais. A prova disso mais recente é a conclusão da Rodada Uruguai, onde fomos obrigados a abrir nosso mercado para os produtos industriais, serviços e reconhecimento de patentes, mas não recebemos em troca a abertura dos mercados dos países desenvolvidos nos setores que somos competitivos: agricultura, agroindústria e manufatura com baixo coeficiente de uso de tecnologia. Apesar destes percalços, as exportações do Brasil passaram de US\$ 31,4 bilhões em 1990 para mais de US\$ 40 bilhões em 1993.

As indústrias brasileiras e a agricultura exportadora atravessam outra fase de profundas modificações, com acelerada modernização e tecnificação dos processos produtivos, melhoria qualitativa dos produtos finais e redução dos desperdícios estimados em aproximadamente US\$ 100 bilhões/ano, ou 20% do PIB. A produção e as ven-

tas internas de máquinas agrícolas aumentaram 33% e 58%, respectivamente, no período de janeiro-setembro do ano de 1993 em relação à igual período do ano anterior. A produção entregue de fertilizantes aumentou 20% em igual período. A área cultivada das lavouras de verão no Centro-Sul apresenta pequeno crescimento médio (2%), mas significativo após seis anos de redução.

A produção industrial deverá apresentar, neste ano, um crescimento de 10% em relação a 1992, após anos de estagnação e regressão, e o PIB, pela primeira vez nos anos 90, apresentou em 1993 uma taxa de crescimento (4%) superior ao aumento da população (1,9%). E mesmo com a década perdida de 80, somos ainda a nova economia industrial do mundo.

A indústria brasileira apresenta o maior nível de endividamento da sua história. Para cada dólar de capital há um endividamento de US\$ 0,5, enquanto as japonesas devem US\$ 3 e as norte-americanas US\$ 2,5. Sem dívidas, se a demanda interna ou externa crescer, os investimentos produtivos retornam imediatamente, após a plena utilização da atual capacidade ociosa do parque produtivo, estimado em 20% no setor industrial. No setor agrícola, o potencial produtivo explorado com lavouras e pecuária é de 40% da área agrícola.

A dívida externa total (de curto e longo prazo), que motivou o estancamento da entrada de recursos externos no País entre 1981 e 1992, está renegotiada e a inflação mundial a baixou para US\$ 135 bilhões, um pouco mais de US\$ 100 bilhões líquidos.

A mudança ocorre também na área política com o resgate de valores éticos e morais que caracterizam as sociedades organizadas. São valores que devem fazer parte da conduta de qualquer cidadão, que prioriza as questões coletivas

sobre as individuais e resalta os valores e os símbolos pátrios. A mentalidade da sociedade também está mudando. O individualismo exacerbado cede lugar a questões coletivas e os jovens abandonam a postura de salvadores do mundo para buscarmos a sua realização profissional e social.

É inegável a existência de três graves problemas interrelacionados: o baixo nível educacional da população; a persistência de um processo inflacionário crônico, provocado pelo desequilíbrio do setor público, pelo descontrole monetário, pelo poder dos monopólios e oligopólios e pela indexação da economia; e a brutal concentração de renda na região Centro-Sul, no fator capital e na classe rica.

No entanto, a solução do problema da inflação, a curto prazo, e dos dois outros no médio e longo prazos, abrem um potencial de crescimento e desenvolvimento do Brasil que poucos percebem. E isto já está ocorrendo nas partes do Brasil que está dando certo, apesar da inflação, cuja receita para este mal depende de dois fatores: vontade política e gerência. O custo da adoção destes fatores é muito pequeno, uma vez que o grande ônus da inflação, que é a concentração de renda, a maioria da sociedade está pagando há tempo e ainda com resignação.

A perspectiva para esta década, sanada a inflação, é de crescimento acelerado do setor agrícola, industrial, do turismo ecológico e dos serviços.

Portanto, está mais do que na hora de transformar nossa imagem de derrotados e perdedores em ganhadores, e isto depende exclusivamente de cada um de nós.

* Eugênio Stefanelo é mestre em Economia Rural, professor da UFPR, FAE e ISPG e técnico da Conab.

COOPERATIVISMO

O Cooperativismo e o Desenvolvimento do Paraná

DICK CARLOS DE GEUS*

Responsáveis em maior ou menor escala pela representatividade que detêm na economia estadual, as diversas categorias de cooperativas existentes no Paraná desenvolvem ações imprescindíveis ao desenvolvimento da comunidade paranaense, principalmente às populações rurais. São 324.175 associados, ou 1.300.000 paranaenses que, direta ou indiretamente, dependem do cooperativismo.

O segmento mais desenvolvido no Estado é o agropecuário, que responde por mais de 60% do PIB da agricultura paranaense. As cooperativas são responsáveis pelo suprimento de 93% do leite pasteurizado comercializado no Estado. Entretanto, sua participação na comercialização cai para 70%. No caso do milho, cerca de 25% da produção é consumida em nível da propriedade, portanto, não comercializada. Isto significa que as cooperativas participam com aproximadamente 36% da produção comercializada de milho no Estado. No abate de bovinos elas estão praticamente ausentes, devido à particularidade do mercado onde é comum a prática da sonegação de

tributos, o que inviabiliza a participação de empresas que não adotam essa prática, como é o caso das cooperativas. A participação das cooperativas no total da capacidade estática de armazenagem no Estado é de 48%, elevando-se esse percentual para 65% na armazenagem a granel.

A integração das cooperativas e a agregação dos interesses dos produtores rurais permitiu a montagem de uma infra-estrutura básica de armazenagem da produção, vindo na sequência a agroindústria, na tentativa da geração de valores adicionais aos produtos. Assim, as cooperativas iniciaram o processo e hoje são detentoras de modernos parques industriais. Implantando novas indústrias ou recuperando as já existentes, as cooperativas têm procurado atender aos anseios de seus associados, visando transferir benefícios econômicos e sociais, buscando o desenvolvimento dos produtores. Outro aspecto que merece citação é a diversificação das cooperativas. Hoje elas operam com praticamente todos os produtos produzidos no Paraná, além de serem pioneiras na implantação de novas culturas e projetos.

A expressiva participação das cooperativas na economia paranaense não objetiva a conquista

de posições hegemônicas ou monopolistas, mas a defesa dos interesses dos produtores associados, sem ferir os legítimos direitos dos consumidores de bens ou serviços. A vocação agropecuária do Paraná oferece um grande potencial para o desenvolvimento do setor agroindustrial, face a disponibilidade de matérias-primas, de energia, da infra-estrutura de escoamento da produção, da proximidade dos grandes centros de consumo, e pela capacidade empreendedora do seu povo. Assim, a agroindustrialização da produção se apresenta como a mola propulsora para a transformação do Estado de exportador de matérias-primas em exportador de bens de consumo, aproveitando o potencial disponível.

Nesse contexto, as cooperativas se constituem como elemento fundamental para implantar novos projetos, pois através de suas ações no setor resulta a agregação de valores sobre o produto primário, que retornará ao produtor para ser reinvestido na atividade produtiva. Isso vai garantir a oferta de matéria-prima em nível permanente e, ao mesmo tempo, desenvolver o meio rural.

* Dick Carlos de Geus é advogado, agropecuarista e presidente da Ocepar.

SETOR AGRÍCOLA RECUPERA PREÇOS

Agricultura resgata capacidade de autofinanciamento.

VÂNIA CASADO

Apesar do baixo rendimento da safra de inverno, o desempenho agrícola de 1993 foi satisfatório. Cresceu o volume de produção na safra de grãos de verão e nas demais culturas. O valor da produção, em dólar, foi 20% maior na produção de grãos, 25% na pecuária e 45% em hortaliças. A avaliação é do diretor do Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, responsável pelo serviço de projeção e acompanhamento da agropecuária paranaense.

Ortigara destaca que houve uma melhora nas relações de troca, onde os preços agrícolas superaram os industriais, depois de uma década de perdas consecutivas. Esta melhora ficou evidente na venda de tratores: em 93 chegou a 22 mil unidades vendidas, contra apenas 12.000 unidades vendidas no ano passado, em todo o país. Outro ponto positivo, acrescentou, foi o financiamento da safra 93/

94 com recursos próprios, e a independência do setor em relação aos bancos.

Como alternativa ao sistema financeiro foram encontradas soluções criativas como financiamento por equivalência-produto, o sistema troca-troca introduzido pelas cooperativas. Para Ortigara, como não houve uma transferência maciça de recursos da agricultura para o sistema bancário, o setor está resgatando sua capacidade de autofinanciamento.

EQUIVOCOS

Contraopondo-se a este cenário favorável, Ortigara lamentou o desempenho sofrível das culturas do algodão e do trigo, prejudicadas por uma política de importações equivocada. Como consequência houve redução de área, perda de produção, com consequências nefastas para o nível de emprego na região produtora. Por conta desse "equivoco", frisou, o Brasil se tornou o segundo maior importador de algodão, com a importação feita este ano de 400 mil toneladas de pluma, ou seja, metade de seu consumo.

Também para o trigo não há perspectivas de melhora na produção se não houver uma decisão política forte do presidente da República. Este ano o país já importou cinco milhões de toneladas do produto, disse Ortigara, alertando para o nível perigoso de dependência do mercado internacional.

PERSPECTIVAS

Para 94, Ortigara acredita na repetição de uma safra boa e preços bons, apesar de o país estar vivendo o maior período de liberdade comercial a nível internacional, onde o setor agrícola está exportando impostos e importando subsídios.

Ortigara espera ainda que o governo seja zeloso ao fixar a URV - Unidade Referencial de Valor - para que não venha tirar a competitividade das exportações agrícolas como aconteceu quando a dolarização foi implantada na Argentina.



Norberto Ortigara, diretor do Deral.

Para Faep, ano teve altos e baixos

ROBERTO NICOLATO

Para o presidente da Federação da Agricultura do Paraná (Faep), Agide Meneguette, 1993 foi um ano de altos e baixos para a agricultura. Ele considera positiva a reação nos preços para culturas de exportação, como a soja, e para o milho, que teve maior consumo em função da expansão da avicultura brasileira.

Por outro lado, critica as constantes trocas de ministros; o desrespeito à Lei Agrícola e a concorrência desleal dos produtores de outros países como por exemplo no caso do algodão, trigo, cevada, malte e lácteos.

O presidente da Faep lembra que em 1993 a agricultura teve sete ministros (o último inclusive está no cargo interinamente), além de ter passado por um período sem nenhum. Segundo ele, "isto demonstra a desorganização do governo em relação ao setor, que acaba repercutindo numa frágil política agrícola para o País".

Para Agide Meneguette, a agricultura é diferente dos demais setores da economia - onde a tônica é a livre concorrência - e por isso precisa de intervenção do Estado para supri-la de recursos financeiros, para defender os preços e intervir em caso de necessidade a fim de evitar que os produtores sejam presas da especulação.

A opinião do presidente da Faep é de que a Lei Agrícola foi desrespeitada na medida em que o governo fez leilões de produtos agrícolas abaixo dos preços mínimos e não adotou mecanismos para proteger os agricultores das importações de produtos, que são subsidiados na ori-

gem. "Em consequência disso tivemos uma redução violenta na produção do trigo e algodão, e um grande desemprego no campo que está ficando cada vez mais pobre", afirma ao acrescentar que num contrasenso, o Brasil acaba sustentando a renda dos produtores estrangeiros.

O QUE ESPERAR?

O corte no orçamento da União proposto pelo Plano FHC é um das preocupações do setor agrícola. O presidente da Faep está convicto que 1994 será um ano difícil. Ele cita por exemplo que a estimativa no orçamento do governo para financiar a correção do solo era de US\$ 100 milhões. "Nós tivemos reuniões nos ministérios da Fazenda e Agricultura e também com o Banco do Brasil onde solicitamos que este volume fosse aumentado para US\$ 200 milhões de dólares, visando atender pelo menos 50% a 60% das necessidades da agricultura brasileira", informa.

Já a previsão do governo no orçamento era de US\$ 180 milhões para equalização de juros, para o Banco do Brasil fazer os financiamentos para custeio e comercialização da safra.

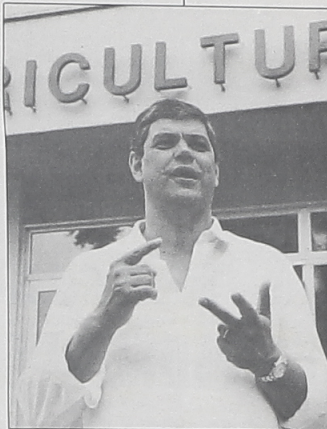
Agide Meneguette disse que as lideranças do setor agrícola pediram também que houvesse um aumento desses recursos para US\$ 300 milhões, o que daria para o Banco do Brasil financiar em torno de US\$ 4,5 a US\$ 5 bilhões. E com mais os financiamentos dos bancos privados, o volume de recursos poderia alcançar até US\$ 8 bilhões para o setor em 1994.

Segundo o presidente da Faep, as duas pro-

postas foram bem recebidas na esfera federal. Mas, por vias das dívidas, duas emendas foram apresentadas pelo deputado Moacir Micheletto (PMDB) ao orçamento da União para garantir os recursos. "Paralelo a isso, estamos fazendo trabalho de mobilização junto aos deputados federais ligados à agricultura para que, se por ventura o orçamento não for contemplado, a agricultura não tenha falta de recursos em 1994, informou.

Além de recursos, Agide Meneguette espera que a revisão constitucional elimine alguns equívocos cometidos na Constituição de 1988, como a ausência de prescrição nas rescisões trabalhistas rurais, a pesada carga tributária sobre a produção agrícola e sobre a exportação.

"Como 1994 vai ser um ano eleitoral, vamos exigir que as promessas de planoque sejam cumpridas, já que a agricultura tem um papel importante a desempenhar na retomada do desenvolvimento", afirma.



Agide: Lei Agrícola não foi cumprida.